



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640118 - PE (2021/0013185-4)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
IMPETRANTE : FABIO COELHO DE AZEVEDO
ADVOGADO : FÁBIO COELHO DE AZEVEDO - PE014563
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : DAVI MIGUEL DA SILVA (PRESO)
CORRÉU : ERIVAN DOS SANTOS TORRES
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DAVI MIGUEL DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE BONITO (Autos n. 007-90.2019.8.17.0320).

O paciente encontra-se preso preventivamente pela prática, em tese, do delito previsto no art. 121, § 2º, incisos II e IV, do Código Penal (duas vezes).

O impetrante sustenta que o decreto constitutivo careceria de fundamentação idônea, mormente porque os predicados pessoais do apenado permitiriam que respondesse ao processo em liberdade.

Alega que não foi demonstrado, de maneira concreta, de que forma, em liberdade, o paciente poderia causar embaraço à ordem pública, à instrução criminal ou à aplicação da lei penal, destacando que o acusado está preso desde 16.01.2019 sem que a instrução tenha se encerrado.

Argumenta, a excepcionalidade da medida extrema, enfatizando que a prisão preventiva poderia ser substituída por cautelares descritas no art. 319 do CPP.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da liberdade ao paciente, ainda que mediante a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria de fundo não foi apreciada pela Corte de origem. Assim, o Superior Tribunal de Justiça não pode dela conhecer, sob pena de indevida supressão de instância. Confira-se precedente sobre a questão:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19.

GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA.

INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida

supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência